

INPC ampliado criará índice único para capital e salário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo criará no próximo ano, um índice único para corrigir capital e trabalho, em substituição ao Índice Geral de Preços (IGP) — calculado pela Fundação Getúlio Vargas e que determina as correções monetária e cambial — e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — levantado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que corrige os salários. O indicador único será o INPC ampliado, a ser calculado pelo IBGE. A medida foi anunciada ontem — pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e integra o “pacote econômico” a ser divulgado hoje pelo presidente José Sarney.

Funaro observou que o índice único será regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), desde que o presidente Sarney, hoje, concorde com sua criação. A idéia do INPC ampliado começou a ser discutida logo após Funaro ter assumido o Ministério da Fazenda e sua implementação não era esperada, para tão cedo, sendo sua inclusão no “pacote” uma surpresa até mesmo para outros setores do governo.

O INPC ampliado, segundo o ministro da Fazenda, “refletirá melhor a cesta básica de consumo da popu-

lação brasileira, beneficiando o trabalhador”. Funaro disse que a correção dos salários sempre foi, desde a criação do INPC, em 1980, diferente da correção do capital, com base no IGP. Segundo ele, os salafios, muitas vezes, “perdiam da inflação, gerando distorções que beneficiavam apenas o capital”.

O ministro ressaltou que um indicador único para uma economia indexada como a brasileira gera uniformidade e mais transparência. A escolha pelo INPC ampliado do IBGE foi feita, segundo Funaro, “por que o cálculo do IGP se utiliza de uma metodologia antiga e que não reflete a realidade nacional da evolução de preços”. Na verdade, o descontentamento técnico contra o IGP não é novo. O ex-ministro Delfim Netto também já lançou críticas contra a Fundação Getúlio Vargas — por coincidência, sempre que a inflação ameaçava estourar, o que vem acontecendo desde agosto passado, quando se atingiu a taxa recorde de 14% (espera-se 13% para este mês).

As distorções técnicas do IGP sempre foram realçadas pelos seus opositores. A principal delas é de que este índice é basicamente calculado com base na coleta de preços realizada na cidade do Rio de Janeiro. O IGP é composto de três outros índices: Índice de Custo de Vida (ICV),

Índice de Preços no Atacado (IPA), e Índice Nacional da Construção Civil (INCC — este último, de caráter nacional, é coletado nas nove regiões metropolitanas do País).

Já o INPC ampliado será calculado com base na coleta de preços em todo o País, partindo de uma cesta básica de consumo maior do que a empregada pela FGV. Esta cesta básica refletirá o espectro de consumo até a faixa de quem ganha até 32 salários mínimos (no INPC atual a cesta tem menos itens em sua composição e um limite menor de faixa de rendas). O índice único será operacionalizado por um conselho existente hoje no IBGE que agrega representantes do governo e dos trabalhadores, através da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

PACOTE FISCAL

O ministro Dílson Funaro disse que o “pacote fiscal” deverá ser aprovado pelo Congresso, “porque não existe nele nenhuma medida que possa ser classificada como contrária ao interesse da Nação”, mas não quis responder se o governo utilizará do expediente do decreto-lei para passar o “pacote fiscal”, caso seja rejeitado no Congresso.